

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1. 1. Aquisição de Materiais De Limpeza, Higiene E Descartáveis, para atender às necessidades das Unidades Escolares e do Núcleo Central da Secretaria Municipal de Educação, para abastecimento e manutenção do estoque do Almoxarifado, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021
1.4	Período:	1 ano - sob demanda - conforme subitem 6.1
1.5	Tipo:	Menor preço UNITÁRIO por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA DA EXCLUSIVA				
01	ÁGUA SANITÁRIA, 1 LITRO - HIPOCLORITO DE SÓDIO COM CONCENTRAÇÃO 2,0 À 2,5%, PARA USO GERAL, ALVEJANTE DE TECIDOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE AMBIENTES, OBJETOS, CAIXAS D'ÁGUAS, FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL) INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.		LITRO	25176
02	BALDE PLÁSTICO CANELADO - BALDE CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA METÁLICA E CAPACIDADE DE 20 L. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO		UN	968

	ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR)			
03	CERA LÍQUIDA - ALTO BRILHO, PERFUMADA, INCOLOR. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 750ML A 850ML, COM DISPERSÃO ACRÍLICA METALIZADA, TEOR ATIVO/SÓLIDOS COM 10 A 20%. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.		UN	8.389
04	COPO DESCARTÁVEL DE 200 ML - COPO FABRICADO EM POLIPROPILENO, BRANCO, EMBALADOS EM PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES, INDICADO PARA AQUECIMENTO LIVRE DE BISFENOL A, PRODUZIDOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, DEVE CONTER ETIQUETA DE CERTIFICAÇÃO DE RECICLAGEM ROTULADOS COM NUMERAÇÃO "2", "4" OU "5". . COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 25 PACOTES.		PCT	8.850
05	COPO DESCARTÁVEL DE 50 ML - COPO FABRICADO EM POLIPROPILENO, BRANCO, EMBALADOS EM PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES, INDICADO PARA AQUECIMENTO LIVRE DE BISFENOL A, PRODUZIDOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, DEVE CONTER ETIQUETA DE CERTIFICAÇÃO DE RECICLAGEM ROTULADOS COM NUMERAÇÃO"2", "4" OU "5". COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 50 PACOTES.		PCT	3.000
06	DETERGENTE LÍQUIDO - DETERGENTE NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, CONCENTRADO, DESENGORDURANTE, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE PLÁSTICO COM 500ML, CAIXA COM 24 UNIDADES. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.		UN	25.168

07	ESCOVÃO PARA LAVAGEM DE ROUPAS - ESCOVÃO COM CABO EM PLÁSTICO E CERDAS EM NYLON COM APROXIMADAMENTE 2,5CM E 12 CM EM SUA BASE.COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.		UN	574
08	ESPONJA DUPLA FACE - ESPONJA DULA FACE COM AÇÃO ANTIBACTÉRIANA, DE USO PROFISSIONAL, SENDO UMA FACE EM FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO E OUTRA EM ESPUMA DE POLIURETANO VERDE E AMARELO, CONSISTÊNCIA FINA, MEDINDO NO MÍNIMO 7,5X110X200MM , EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.		UN	17.700
09	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - ESPONJA DE AÇO COM FIOS FINÍSSIMOS, EMARANHADOS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO COM 8 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 60G, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR).		PCT	13.552
10	FLANELA AMARELA - FLANELA PARA USO EM LIMPEZA, BORDAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK COM NO MÍNIMO 4MM, MEDIDAS APROXIMADAS DE 40 X 60 CM.		UN	11.616
11	FÓSFOROS - FÓSFOROS ACONDICIONADOS EM PACOTES (MAÇOS) COM 10 CAIXAS, COM APROXIMADAMENTE 40 PALITOS POR CAIXA. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR).		MAÇO	8.389
12	GUARDANAPO HOTEL - GUARDANAPO MEDINDO APROXIMADAMENTE 33X33CM, FOLHA DUPLA, PACOTE COM 50 UNIDADES. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR).		PCT	3.872
13	LUVA DE LATEX - TAMANHO G - LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX, COM RESINA NITRÍLICA E REVESTIDA INTERNAMENTE COM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS. AS LUVAS OBRIGATORIAMENTE DEVEM RECEBER TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, PARA MINIMIZAÇÃO AO POSSÍVEL PROCESSO ALÉRGICO CAUSADO PELO LÁTEX. COMPRIMENTO DE 28 À 32 CM. ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE A, TIPO 2 - AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTE, SABÃO, AMONÍACO E		PAR	6.195

	SIMILARES; CLASSE C - TIPOS 3/4/5 - ÁLCOOL, ÉTER E CETONA. DEVE SER ADEQUADAMENTE IDENTIFICADO DE MODO LEGÍVEL, NO MÍNIMO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E O TAMANHO DEVE ATENDER AS NORMAS BRASILEIRAS. EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS, INDIVIDUALMENTE OS PARES. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.			
14	LUVA DE LATEX - TAMANHO M - LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX, COM RESINA NITRÍLICA E REVESTIDA INTERNAMENTE COM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS. AS LUVAS OBRIGATORIAMENTE DEVEM PARRECEBER TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, PARA MINIMIZAÇÃO AO POSSÍVEL PROCESSO ALÉRGICO CAUSADO PELO LÁTEX. COMPRIMENTO DE 28 À 32 CM. ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE A, TIPO 2 - AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTE, SABÃO, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPOS 3/4/5 - ÁLCOOL, ÉTER E CETONA. DEVE SER ADEQUADAMENTE IDENTIFICADO DE MODO LEGÍVEL, NO MÍNIMO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E O TAMANHO DEVE ATENDER AS NORMAS BRASILEIRAS. EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS, INDIVIDUALMENTE OS PARES. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.		PAR	6.195
15	LUVA DE LATEX - TAMANHO P - LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX, COM RESINA NITRÍLICA E REVESTIDA INTERNAMENTE COM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS. AS LUVAS OBRIGATORIAMENTE DEVEM RECEBER TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, PARA MINIMIZAÇÃO AO POSSÍVEL PROCESSO ALÉRGICO CAUSADO PELO LÁTEX. COMPRIMENTO DE 28 À 32 CM. ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE A, TIPO 2 - AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTE, SABÃO, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPOS 3/4/5 - ÁLCOOL, ÉTER E CETONA. DEVE SER ADEQUADAMENTE IDENTIFICADO DE MODO LEGÍVEL, NO MÍNIMO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E O TAMANHO DEVE ATENDER AS NORMAS BRASILEIRAS. EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS, INDIVIDUALMENTE OS PARES.		PAR	3.098

	INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.			
16	LUVA DE LÁTEX DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL - TAMANHO “M”, MATERIAL DE LÁTEX EM BORRACHA NATURAL, NÃO CIRÚRGICA, PÓ BIODEGRADÁVEL, FORMATO AMBIDESTRO, TEXTURA LISA. ACONDICIONADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.		CAIXA	3.055
17	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO - PÁ DE LIXO COM BASE EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM APROXIMADAMENTE 21 A 23,5CM, CABO DE MADEIRA ENCAPADO, COM APROXIMADAMENTE 80CM VERTICAL, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR)		UN	968
18	PANO DE LIMPEZA CHÃO - PANO EM TECIDO GROSSO, BRANCO, SEM FUROS, PANO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, PARA USO EM LIMPEZA EM GERAL. TAMANHO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 60 X 90.		UN	12.076
19	RODO PARA PISO - RODO COM CABO E BASE EM MADEIRA, COM MEDIDA APROXIMADA DE 40 CM, <u>LÂMINA DE BORRACHA COM NO MÍNIMO 2MM, ULTRAPASSANDO NO MÍNIMO 25MM DA BASE.</u> COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		UN	968
20	RODO PARA LIMPEZA DE JANELAS - RODO PARA LIMPEZA DE JANELAS DE VIDRO E SUPERFÍCIES LISAS CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, COM CABO EXTENSÍVEL EM ALUMÍNIO, RODO EMBORRACHADO, BORRACHA E MICROFIBRA. DIMENSÕES MÍNIMAS: 7CM X 25 CM X 160CM		UN	136
21	SABÃO EM BARRA - SABÃO COM FRAGRÂNCIA DE COCO, EXTRUSADO, COM GLICERINA, ACONDICIONADOS EM PACOTES COM 5 TABLETES, PESANDO 200G CADA. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTEs INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.		QUILO	6.038
22	SABONETE ANTIBACTERIANO - SABONETE EM BARRA, UTILIZADO NA LAVAGEM DAS MÃOS E DO CORPO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, AÇÃO ANTIBACTERIANA, CONTENDO INGREDIENTES		UN	9.680

	<p>UMECTANTES E SUAVIZANTES, PARA USO DIÁRIO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E COMPROVADO NA EMBALAGEM DO PRODUTO, FRAGRÂNCIA SUAVE E AGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO QUÍMICA APROXIMADA DE: SABÃO BASE, ÁCIDO GRAXO DE PALMISTE, ÁCIDO LÁURICO, TRICLOROCARBANILIDA, POLIETILENOLOCOL, ÁCIDO CÍTRICO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, EDTA, EHDP, BHT, LAURIL, ÉTER SULFATO DE SÓDIO, CORANTE E COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, PLASTIFICADO RESISTENTE, CONTENDO NO MÍNIMO 80G. RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS INFORMAÇÕES DE NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E SEU REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA, PRECAUÇÕES DE USO, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 72 UNIDADES.</p>			
23	<p>SABONETE LÍQUIDO CREMOSO PARA AS MÃOS - SABONETE PARA USO ESCOLAR, COM FUNÇÃO ANTI BACTERICIDA, ACONDICIONADOS EM GALÕES COM 5 (CINCO) LITROS, COM FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, PRONTO PARA O USO, APARÊNCIA PEROLADA CREMOSA, LIVRE DE RESÍDUOS SUSPENSOS OU PRECIPITAÇÕES, COM PH ENTRE 6,5 E 7,5 (NEUTRO), NÃO IRRITANTE A PELE E AOS OLHOS, BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA, COM 5 LITROS, SEM RACHADURAS E VAZAMENTOS, ROTULO CONTENDO DE FORMA CLARA O NOME, TIPO, A INDICAÇÃO DE BIODEGRADÁVEL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA DO PRODUTO, NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM RECIPIENTE PLÁSTICO (GALÃO) RESISTENTE COM 5 LITROS.</p>		GALÃO	1.936
24	<p>SAPONÁCEO EM PÓ - SAPONÁCEO ACONDICIONADO EM RECIPIENTES DE 300G, O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS INFORMAÇÕES DE NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E SEU REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA, PRECAUÇÕES DE USO, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O</p>		UN	6.048

	PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 UNIDADES.			
25	TOALHA DE PRATO - TOALHA EM TECIDO GROSSO, SEM FUROS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, 100% ALGODÃO, ESTAMPADO , COM ACABAMENTO DA BAINHA COM COSTURA DE APROXIMADAMENTE 1CM, TAMANHO MÍNIMO 50 X 80 CM.		UN	9.680
26	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA - TOUCA 100% POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO REVESTIDO PARA MELHOR VEDAÇÃO, SOLDA POR ULTRASSOM, NA COR BRANCA, TAMANHO 45X52CM. ACONDICIONADAS EM PACOTE PLÁSTICO COM 100 UNIADES.		PCT	6.038
27	VASSOURA DE PIAÇAVA CHAPA 3 - VASSOURA COM CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 160CM, BASE EM MATERIAL RESISTENTE, NÃO PERMITINDO SOLTAR AS CERDAS DE PIAÇAVA, O RÓTULO DEVE CONTER CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		UN	2.968
28	VASSOURA DE NYLON - VASSOURINHA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO, COM FORMATO CIRCULAR, BASE E CABO (PEÇA ÚNICA) EM PLÁSTICO COM APROXIMADAMENTE 30CM DE COMPRIMENTO, CERDAS DE NYLON COM APROXIMADAMENTE 11CM DE COMPRIMENTO, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		UN	968
COTA RESERVADA				
29	ABSORVENTE INTIMO FEMININO - ABSORVENTE COM ABAS, FLUXO: NORMAL; COBERTURA: SUAVERE; FORMATO ANATÔMICO; COM CANAIS LATERAIS; CIRCUITO COMPLETO ANTI-VAZAMENTO; TRIPLA PROTEÇÃO; COM GEL; COMPOSIÇÃO: FIBRA DE CELULOSE, POLIPROPILENO, POLÍMERO SUPER ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E PAPEL SILICONADO; SEM FIBRAS DE ALGODÃO; COMPONENTES ATÓXICOS; NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. EMBALAGEM COM 8 UNIDADES, CONTENDO: NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A CONTAR PELA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 48 UNIDADES.		PCT	14.724
30	ALCOOL EM GEL ANTI SÉPTICO 70% - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% COM HIDRATANTE, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL		LITRO	4.425

	DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL) INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.			
31	ALCOOL LÍQUIDO ANTI SÉPTICO 70% - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.		LITRO	6.294
32	DESINFETANTE MULTIUSO - DESINFETANTE COM FUNÇÃO ANTI BACTERICIDA (ELIMINA 99,9% DAS BACTÉRIAS), TAMPA TIPO FLIP-TOP, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE (INQUEBRÁVEL) COM 500ML. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.		UN	9.680
33	PAPEL HIGIÊNICO - PAPEL COM FOLHAS DUPLAS PICOTADAS, COM 30MT POR ROLO, NA COR BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 10 CM DE LARGURA X 30MT DE COMPRIMENTO, EMBALADOS EM FARDOS COM 64 UNIDADES, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		PCT	1.012
34	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - PARA USO EM DISPENSADOR DE PAPEL, COM 2 (DUAS) DOBRAS,		FARDO	3.146

	TAMANHO APROXIMADO DE 23 X 21 CM, NA COR BRANCA, SEM ODOR, NÃO RECYCLADO , COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, EMBALAGENS COM 1.000 FOLHAS, APRESENTANDO O NOME DO FABRICANTE, A MARCA E AS DIMENSÕES. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).			
35	DETERGENTE/SABÃO LÍQUIDO PARA LAVAGEM DE ROUPA 3 LITROS – DETERGENTE/ SABÃO LÍQUIDO MULTIUSO, EMBALAGEM COM 3 LITROS, UTILIZADO PARA LAVAGEM EM GERAL, COM CARACTERÍSTICAS BIODEGRADÁVEIS E QUE NÃO DEIXA RESÍDUOS. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: O NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMações DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.		GALÃO	2.420
36	SACO PLÁSTICO SECUNDÁRIO TRANSPARENTE - SACO PLÁSTICO COM MEDIDAS APROXIMADAS 35 X 45 CM, CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 5KG, BOBINA COM 500 UNIDADES. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		BOBINA	723
37	SACO PLÁSTICO PARA LIXO - SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 100L, REFORÇADO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS ESCOLARES (RESÍDUOS EM GERAL), CLASSE I, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECYCLADA, LARGURA APROXIMADA DE 75CM, ALTURA MÍNIMA DE 105CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,12MM, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS, PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 20 KG, NA COR PRETA. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR). PRODUTO EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICO CONTENDO 100 UNIDADES.		PCT	1.510
COTA PRINCIPAL				
38	ABSORVENTE INTIMO FEMININO - ABSORVENTE COM		PCT	44.172

	<p>ABAS, FLUXO: NORMAL; COBERTURA: SUAVE; FORMATO ANATÔMICO; COM CANAIS LATERAIS; CIRCUITO COMPLETO ANTI-VAZAMENTO; TRIPLA PROTEÇÃO; COM GEL; COMPOSIÇÃO: FIBRA DE CELULOSE, POLIPROPILENO, POLÍMERO SUPER ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E PAPEL SILICONADO; SEM FIBRAS DE ALGODÃO; COMPONENTES ATÓXICOS; NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. EMBALAGEM COM 8 UNIDADES, CONTENDO: NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A CONTAR PELA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL.</p> <p>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 48 UNIDADES.</p>			
39	<p>ALCOOL EM GEL ANTI SÉPTICO 70% - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% COM HIDRATANTE, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL) INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</p>		LITRO	13.275
40	<p>ALCOOL LÍQUIDO ANTI SÉPTICO 70% - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</p>		LITRO	18.882
41	<p>DESINFETANTE MULTIUSO - DESINFETANTE COM</p>		UN	29.040

	FUNÇÃO ANTI BACTERICIDA (ELIMINA 99,9% DAS BACTÉRIAS), TAMPA TIPO FLIP-TOP, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE (INQUEBRÁVEL) COM 500ML. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMações DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.			
42	PAPEL HIGIÊNICO - PAPEL COM FOLHAS DUPLAS PICOTADAS, COM 30MT POR ROLO, NA COR BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 10 CM DE LARGURA X 30MT DE COMPRIMENTO, EMBALADOS EM FARDOS COM 64 UNIDADES, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		FARDO	5.026
43	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - PARA USO EM DISPENSADOR DE PAPEL, COM 2 (DUAS) DOBRAS, TAMANHO APROXIMADO DE 23 X 21 CM, NA COR BRANCA, SEM ODOR, NÃO RECICLADO , COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, EMBALAGENS COM 1.000 FOLHAS, APRESENTANDO O NOME DO FABRICANTE, A MARCA E AS DIMENSÕES. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).		FARDO	9.438
44	DETERGENTE/SABÃO LÍQUIDO PARA LAVAGEM DE ROUPA 3 LITROS - DETERGENTE/ SABÃO LÍQUIDO MULTIUSO, EMBALAGEM COM 3 LITROS, UTILIZADO PARA LAVAGEM EM GERAL, COM CARACTERÍSTICAS BIODEGRADÁVEIS E QUE NÃO DEIXA RESÍDUOS. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: O NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMações DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.		GALÃO	7.260
45	SACO PLÁSTICO SECUNDÁRIO TRANSPARENTE - SACO PLÁSTICO COM MEDIDAS APROXIMADAS 35 X 45 CM, CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 5KG,		BOBINA	2.168

	BOBINA COM 500 UNIDADES. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).			
46	SACO PLÁSTICO PARA LIXO - SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 100L, REFORÇADO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS ESCOLARES (RESÍDUOS EM GERAL), CLASSE I, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, LARGURA APROXIMADA DE 75CM, ALTURA MÍNIMA DE 105CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,12MM, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS, PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 20 KG, NA COR PRETA. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR). PRODUTO EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICO CONTENDO 100 UNIDADES.		PCT	4.528

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 24.371/2023.

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

2.5. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do capítulo V da lei 14.133/2021;

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

3.1 Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública, a ser processado por Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021, para Aquisição de Materiais De Limpeza, Higiene E Descartáveis, para atender às necessidades das Unidades Escolares e do Núcleo Central da Secretaria Municipal de Educação, para abastecimento e manutenção

do estoque do Almoxarifado pelo período de 12 (doze) meses. Com o escopo de promover uma educação de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de acordo com a Constituição de República Federativa do Brasil, o Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, tem o dever de garantir e prover uma educação de qualidade aos seus usuários;

3.2. O quantitativo justifica-se através de levantamento com estimativas de consumo anual , considerando também a carência de empresas que participaram da última licitação e que não cumpriram com as suas obrigações e não entregando o material, deixando o Almoxarifado desabastecido e impossibilitado de atender as Unidades Escolares.

3.3. Urge destacar que houve um acréscimo do quantitativo de alguns itens devido ao aumento no número de alunos e servidores e com o aumento no rigor da limpeza e higienização dos ambientes escolares da Rede Municipal de Educação, principalmente em decorrência da Pandemia da COVID19. É sabido que a pandemia nos apresentou muitas dúvidas e poucas certezas. É assim na saúde, na economia e no comportamento das pessoas. Este novo cenário, fez surgir novos comportamentos, maior preocupação com limpeza. A preocupação com novos lugares que antes não eram limpos. “Estudos mostram que o consumidor mais do que dobrou seus hábitos de limpeza após o começo da quarentena e está acrescentando produtos às rotinas, especialmente álcool e itens do segmento de desinfecção.” O quantitativo solicitado baseia-se no aumento do consumo, consequência do novo cenário pandêmico que ainda assola o país. Afinal, nossa maior preocupação é assegurar um ambiente rigorosamente organizado do ponto de vista sanitário e de saúde, para receber alunos, professores e funcionários de forma tranqüila e com segurança.

Para que isso se cumpra, o estabelecimento de rotinas de limpeza e higiene no ambiente escolar é fundamental. Assim, novos procedimentos operacionais padronizados de limpeza e desinfecção de superfícies para um ambiente seguro nas unidades escolares. A limpeza e a desinfecção de superfícies são elementos que convergem para a sensação de bem-estar, segurança e conforto dos alunos, professores e funcionários. Corrobora também para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, por garantir um ambiente com superfícies limpas, com redução do número de microrganismos, e apropriadas para a realização das atividades desenvolvidas nesses ambientes.

3.3.1. Sobre o Item 01 - A aquisição de absorventes higiênicos para distribuição gratuita às estudantes em idade menstrual da Rede Pública de Ensino tem como objetivo combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso ou a falta de recursos que possibilitem a aquisição de produtos de

absorventes ao período menstrual, visando à prevenção e riscos de doenças, bem como a evasão escolar.

Justifica-se, ainda, a aquisição de absorventes, em razão da necessidade de garantir condições básicas de higiene às alunas em idade menstrual, bem como garantir o direito à educação ao criar meios para permanência dessas estudantes nas escolas durante o ciclo menstrual, pois a inacessibilidade ao absorvente afeta diretamente o desempenho escolar e restringe o desenvolvimento de seu potencial na vida adulta. Está em consonância com a Lei de nº Lei 14.214/21, de 06 de outubro de 2021 que Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino e em seu artigo 4º, prevê que o Programa instituído por esta Lei será implementado de forma integrada entre todos os entes federados, mediante atuação, em especial, das áreas de saúde, de assistência social, de educação e de segurança pública.

É imperioso ressaltar que a quantidade estimada para os absorventes tem como finalidade abarcar todas as alunas matriculadas na Rede Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo em idade menstrual, independentemente da regularidade da idade-série, totalizando 2230 alunas atendidas, por mês, conforme dados atuais. Atenderá a real necessidade pelo período de 12 meses, com entrega dos absorventes mensalmente de 2 (dois) pacotes para cada aluna. Ressaltamos ainda que, com o intuito de abarcar as alunas novas, que serão matriculadas durante todo ano letivo de 2024, acrescentamos 10% do quantitativo total.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A presente aquisição versa manter em estoque no Almoxarifado de Educação, materiais de limpeza, higiene e descartáveis, que são utilizados nos aseios e conservação das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação.

Com o escopo de promover uma educação de qualidade aos alunos e funcionários da Rede Municipal de Ensino e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, tem o dever de garantir e prover uma educação de qualidade aos seus usuários.

De acordo com as informações passadas e, de acordo com as solicitações de cada diretor, foi acrescido no quantitativo de alguns itens. Isso se dá, devido ao aumento no número de alunos e servidores, levando-se em conta o aumento no rigor da limpeza e higienização dos ambientes escolares da Rede Municipal de Educação, principalmente em decorrência da Pandemia da COVID19. Este novo cenário, fez surgir novos comportamentos, maior preocupação com limpeza. A preocupação com novos lugares que antes não eram limpos. “Estudos mostram que o consumidor mais do que dobrou seus hábitos de limpeza após o começo da quarentena e está acrescentando produtos às rotinas, especialmente álcool e itens do segmento de desinfecção.” Afinal, nossa maior preocupação é assegurar um ambiente rigorosamente organizado do ponto de vista sanitário e de saúde, para atender os alunos, os professores e os funcionários de forma tranquila e com segurança. A contratação será realizada através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I e no art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, tipo de julgamento: menor preço unitário por item, junto a fornecedores no mercado local, regional e nacional, podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A solução mais viável econômica, técnica e ambientalmente escolhida foi a contratação por Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021. Como é sabido o Registro de Preços deve ser adotado quando for conveniente para a Administração Pública. O Sistema de Registro é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e total liberdade para o órgão público - que pode ou não efetuar a aquisição. O Sistema de Registro de Preços é um meio apto a viabilizar diversas contratações de compras, concomitantes ou sucessivas, sem a realização de um específico procedimento licitatório previamente a cada uma, por um ou mais de um órgão ou entidade pública, levando-se em consideração o quantitativo apurado conforme demonstrado em tabelas anexadas, não havendo regulamentação própria do SRP no âmbito do município de Nova Friburgo, em atenção as disposições do Decreto Federal nº 11.462 de 31/03/2023, justificamos a utilização do respectivo procedimento auxiliar nos termos do art. 3º, inciso I, do respectivo diploma legal:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

A entrega será realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

5.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.1.3. As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;

5.1.4. O fornecimento dos materiais descritos deverão ser com rapidez e eficiência;

5.1.5. Não poderá haver subcontratação ou transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto da aquisição definida no Termo de Referência;

5.1.6. Cumprimento do objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

5.1.7. A aquisição deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.8. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO;

5.1.9. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021;

5.2. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

No intuito de adquirirmos materiais de limpeza, higiene e descartáveis de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e os usuários desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado.

5.2.1. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras, **por catálogo**, e sua qualidade para análise de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, a fim de garantir sua qualidade;

5.2.2. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Coordenador do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação;

5.2.3. As amostras, por catálogo, deverão ser encaminhadas no final do certame no período a ser indicado pela Comissão de Licitação e deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, conter informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e validade, composição, faixa etária etc.);

5.2.4. A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

5.2.5. O licitante deverá retirar as referidas amostras, caso não sejam aprovadas, no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. O fornecimento será efetuado sob demanda, conforme solicitado, contados no máximo 30 (trinta) dias após a data de entrega da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato), no endereço abaixo:

Nome do requisitante:	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação
	Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D’Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220
Endereço de entrega:	Tel: (22) 2529-3388
	Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao

restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

Horário de entrega e descarga: De 07:30 até às 14:30 horas - de segunda a quinta-feira (impreterivelmente).

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6. Os produtos deverão ter em seus rótulos: prazo de validade e data de fabricação, dados de identificação do produto, marca do fabricante, registro no Ministério da Saúde e ANVISA e identificação do técnico responsável;

6.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*), conforme abaixo:

Gestor Titular: Caroline Pinheiro Gallo - mat. 62.624

Gestor Substituto: Miguel Ângelo Bueno Fernandes - mat. 116.275

Fiscal Titular: Gustavo da Silva da Martins - matr. 105.872

Fiscal Substituto: Eraldo Alves da Silva Junior - mat. 116.272

7.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º);

7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

7.12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

lv) Multa:

1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

7.12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

A) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

B) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

C) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

D) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

E) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

F) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

G) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

H) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

I) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

E) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.3.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

OU

8.4.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município no exercício financeiro do ano de 2024.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.1.1	Elemento de Despesa:	339030-04
		1500000000000
11.1.2	Fonte de Recurso:	150010010000
		1550000000000
		22001.0412200472.125
11.1.3	Programa de Trabalho:	22002.1236100572.146
		22003.1236500672.165
		22004.1236500762.182

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493 de 07 de novembro de 2023;

10.2. O pagamento será efetuado conforme estabelecem o Decreto nº 2.493 de 07 de novembro de 2023 desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;

- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.3. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

11.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 09 de novembro de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Caroline Pinheiro Gallo Subsecretaria de Gestão Administrativa	<hr/> Miguel Ângelo Bueno Fernandes Responsável pelo Almoxarifado
Matr.: 63.362	Matr.: 116.275

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Matr.: 990.953